



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006519-54.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Nelma Reis Santos de Araujo**
 Requerido: **RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido imóvel da ré, o qual possuía dívida junto ao SAAE de responsabilidade da ré.

Alegou ainda que aforou contra a mesma reclamação junto ao PROCON local para a solução do problema, comprometendo-se ela então a pagar o débito, mas isso não aconteceu.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

O documento de fls. 04/05 cristaliza a obrigação assumida pela ré perante o PROCON local em pagar à autora a quantia de R\$ 116,57 no prazo de trinta dias.

Esse termo foi lavrado em 09 de maio, mas o pagamento realizado pela ré teve vez somente em 02 de julho, como se vê a fl. 21.

É relevante notar, inclusive, que quando do ajuizamento da ação, também no dia 02 de julho, a autora apresentou um extrato bancário obtido naquela data, às 12h:31min, em que o depósito em apreço não aparecia (fl. 07).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos conduz à convicção de que ao contrário do sustentado em contestação a ré não cumpriu seu dever de maneira regular.

O prazo para a quitação da dívida foi extrapolado em quase trinta dias, de sorte que os acréscimos pleiteados a fl. 01 são de rigor, até porque não impugnados pela ré.

De igual modo, prospera o pedido para ressarcimento dos danos morais suportados pela autora.

A situação desta já era desconfortável quando teve que socorrer-se do PROCON para que a ré cumprisse obrigação a seu cargo.

Como se não bastasse, tal constrangimento aumentou à evidência quando a ré não honrou o compromisso que espontaneamente assumiu, fazendo-o bem depois e sem que houvesse justificativa para tanto.

Uma vez mais, a autora viu-se na contingência de lançar mão de meios para que o problema, que se arrastava por vários meses, tivesse resolução judicial.

Como se vê, a autora teve frustração de vulto com o desenrolar dos acontecimentos, muito superior aos dissabores próprios da vida cotidiana, a exemplo do que sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição.

Faz jus, portanto, ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais e o montante postulado a esse título está em consonância com os critérios usualmente empregados em casos afins, patenteando que o objetivo da autora não é o de locupletar-se à custa da ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.386,80 (R\$ 1.366,70 somados a R\$ 20,10, que resultam da subtração de R\$ 116,57 de R\$ 136,67), acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 12 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**